

Enel contesta relatório da Aneel sobre apagão em São Paulo

Distribuidora nega falhas e questiona processo de caducidade da concessão

A Enel apresentou defesa à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) após a divulgação de uma nota técnica que aponta falhas na atuação da distribuidora durante o apagão ocorrido na capital paulista e em cidades da região metropolitana. O documento da agência sustenta que o desempenho da concessionária pode embasar eventual processo de caducidade do contrato de concessão.

Na terça-feira (24), o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, recomendou ao governo federal a abertura do processo para extinguir a concessão. O tema, no entanto, ainda depende de deliberação da diretoria colegiada. A maioria dos integrantes votou por ampliar o prazo de análise do caso.

O episódio central na discussão é o vendaval registrado em 10 de dezembro, que deixou cerca de 4,2 milhões de consumidores sem fornecimento de energia elétrica em São Paulo. A ocorrência foi considerada pela agência reguladora como mais um evento crítico em uma sequência de falhas associadas a fenômenos climáticos recentes na área atendida pela empresa. A avaliação técnica concluiu que a resposta operacional foi insatisfatória.

Em manifestação encaminhada dentro do prazo estabelecido pela agência, a concessionária classificou o temporal como um evento de intensidade incomum, com duração prolongada e rajadas que chegaram a 98 km/h. Segundo a empresa,



Rovena Rosa/Agência Brasil

Concessionária atribuiu a maior parte das interrupções a fatores como quedas de árvores

aproximadamente 80% dos clientes afetados tiveram o serviço restabelecido em até 24 horas, índice superior ao percentual preliminar apontado pela fiscalização.

A distribuidora também contestou críticas sobre produtividade das equipes em campo. A empresa afirmou ter registrado aumento de 37,8% na eficiência do atendimento em comparação com ocorrência climática severa registrada no ano anterior. Em relação ao plano de contingência, informou ter mobilizado contingente 32% superior ao previsto inicialmente.

Sobre a infraestrutura, a concessionária atribuiu a maior parte das interrupções a fatores externos, como quedas de árvores e objetos projetados sobre a rede elétrica, e negou falhas estruturais decorrentes de manutenção insuficiente.

O caso passou a ser acompanhado por autoridades federais e estaduais, diante da repercussão dos sucessivos episódios de interrupção no fornecimento de energia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutiu o tema com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e com o prefeito da capital,

Ricardo Nunes. Neste ano, a Advocacia-Geral da União foi acionada para acompanhar o processo.

O procedimento administrativo teve início após a expedição de um Termo de Intimação, em outubro de 2024, motivado por recorrentes falhas na distribuição de energia. A medida pode resultar na abertura de processo de caducidade da concessão.

Após a intimação, a empresa apresentou um plano de recuperação com duração de 90 dias, concluído em janeiro de 2025. A análise técnica indicou melhora nos indi-

cadores no período, embora tenha considerado que condições climáticas atípicas, como menor volume de chuvas, influenciaram o resultado.

Em novembro do ano passado, a relatora do processo, diretora Agnes Costa, votou pela ampliação do prazo de acompanhamento até março de 2026, com o objetivo de incluir a avaliação do período chuvoso seguinte. A proposta foi acompanhada por outros dois diretores, mas houve pedido de vista, suspendendo a decisão final.

Posteriormente, foi solicitada nova análise técnica específica sobre o temporal do dia 10 de dezembro. O relatório concluiu novamente por desempenho considerado insuficiente. Entre os vários pontos destacados estão média reduzida de atendimentos por equipe de atendimento, acionamento de trabalhadores sem atuação direta em emergências, diminuição do número de equipes durante a madrugada e uso limitado de veículos de grande porte.

A empresa também apresentou parecer jurídico defendendo que a extensão do prazo de análise não seria cabível dentro do processo em curso e que eventual apuração sobre o episódio de dezembro exigiria procedimento próprio, com novos prazos para manifestação das partes. Além disso, solicitou prazo adicional para responder ao relatório técnico referente ao evento climático.

Vale do Anhangabaú pode ter a concessão encerrada

Divulgação/Prefeitura de São Paulo

A Prefeitura de São Paulo avalia encerrar a concessão do Vale do Anhangabaú após sucessivas críticas à gestão do espaço. Há reclamações sobre o barulho provocado por eventos noturnos e bloqueios frequentes de acesso ao local.

Interlocutores que participaram de reuniões com o prefeito Ricardo Nunes relatam que houve um encontro recente considerado tenso entre representantes da administração e a concessionária responsável pela gestão. Segundo esses relatos, as duas partes teriam admitido a possibilidade de distrato, que poderia ser formalizado nos próximos meses.

Desde o início da concessão, a esplanada de 43 mil metros quadrados passou a ter acessos fechados com frequência para shows e eventos privados com cobrança de ingressos. Em 2024, o município informou ter aplicado R\$ 1,7 milhão em multas à concessionária.



Vista panorâmica da Esplanada do Vale, no Centro da cidade

Neste ano, passou a vigorar uma restrição que proíbe apresentações musicais após as 23h no local.

Além do impacto sonoro e interdições, há queixas sobre quiosques ainda desocupados e sobre o funcionamento irregular das fontes luminosas que estão instaladas no

piso, e que deveriam operar diariamente como atração permanente.

A configuração atual contrasta com a proposta da reforma de R\$ 105 milhões realizada na gestão de Bruno Covas, que previa transformar o local em parque urbano aberto e integrado ao entorno.

Câmara analisa metas fiscais do quadrimestre

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realizou, na quinta-feira (26), audiência pública para analisar o cumprimento das metas fiscais da Prefeitura no terceiro quadrimestre de 2025, de setembro a dezembro. A apresentação atende à Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige a prestação de contas a cada quatro meses.

Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda detalharam os números do período, com participação de técnicos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Segundo os dados expostos, a receita orçamentária total do ano teve crescimento de 5,5%. As receitas correntes avançaram 7,3%, enquanto a arrecadação tributária registrou alta de 10%, com destaque para o IPTU, que subiu 12,5%.

As operações de crédito somaram R\$ 2,8 bilhões, aumento de 17% em relação a 2024, com recursos destinados a áreas como habitação e transporte.

Do lado das despesas correntes apresentadas, houve elevação de 6,8%, alcançando R\$ 123 bilhões. O resultado do quadrimestre apontou déficit de R\$ 120 milhões. A equipe econômica atribuiu parte de todo esse impacto a empenhos feitos por estimativa relacionados ao imposto de renda retido na fonte.

A dívida consolidada líquida passou de R\$ 13 bilhões, em dezembro de 2024, para R\$ 19 bilhões ao fim de 2025. Auditores do TCM destacaram a disponibilidade de caixa negativa como ponto importante de atenção, informando que a análise das contas segue em andamento.